



# Anais da Assembléia

Nº 17

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 31 DE MARÇO DE 1975

ANO I

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 20ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 1975

Presidência do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, secretária da pelos senhores Deputados Aguinaldo Pereira Lima e Lázaro Dumont.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Eneas Faria, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivo Thomazoni, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto de Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezzi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisostomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer. (46); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Fuad Nacli, Ivan Rüppel, Jayme Rodrigues de Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini e Wilson Fortes (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 16/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 19/74, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Amaporã e Santa Cecília do Pavão, objetivando fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante a aplicação de dotações e de verbas que especifica. Parece favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 1º de abril, terça-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 16/74.

Levanta-se a Sessão.

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 21ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 1975

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, Secretariada pelos Srs. Deputados Aguinaldo Pereira Lima e Maurício Fruet,

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Eneas Faria, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivo Thomazoni, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto de Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezzi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer. (46); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Fuad Nacli, Ivan Rüppel, Jayme Rodrigues de Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini e Wilson Fortes (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte expediente:

### OFÍCIOS:

Sob o nº 524/75, do Senhor Bel. DIVALDO PACHECO DE OLIVEIRA, comunicando que, em data de 11 do mês em curso, assumiu as funções de Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Paraná. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Sob o nº 18/75, do senhor ANTONIO MARIA MAESTRELO VIDOVIK, comunicando haver assumido o cargo de Delegado de Polícia do Município de São Pedro do Paraná. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Sob o nº 12/75, do Senhor RAFAEL POCAI, Presidente da Câmara Municipal de Clevelândia, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Mesa Diretora daquele Legislativo Municipal. Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.

Sob o nº 01/75, do Senhor RENIR RAMALHO DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Kalorê, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Mesa Executiva daquele Legislativo Municipal. — Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.

Sob o nº 001/75, do Senhor PEDRO OKUYAMA, Presidente da Câmara Municipal de Sertaneja, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Mesa Diretora daquele Legislativo Municipal. — Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.

## REQUERIMENTOS:

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais da Casa, um voto de profundo pesar, pela filha Miriam, e sua cunhada Póli T. dos Santos, perecidos em trágico naufrágio na Praia Grande, em Santos.

REQUER, da decisão desta Casa seja comunicada à família enlutada.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1975.

a) OSVALDO MACEDO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, a consignação de voto de regozijo ao jornal "DIÁRIO DO PARANÁ", pela passagem do seu 21º aniversário ocorrido no último dia 29 do corrente.

Participando ativamente da vida comunitária, o referido órgão de imprensa realmente se caracterizou como o jornal da família Paranaense.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência ao Sr. Valter Mazello, cimprimentando-o e a todos os funcionários, pela passagem da expressiva data.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1975.

a) MAURICIO FRUET

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de um voto de regozijo pela passagem do dia 29 do corrente, do 282º aniversário de emancipação política de Curitiba.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1975.

a) MAURICIO FRUET

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, o registro na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje do centenário da morte do Barão de Antonina, ocorrido no último dia 19 corrente, e, na forma da justificativa em anexo, o envio de sugestão ao Sr. Governador do Estado, no sentido de formalizar convênios com as entidades culturais ali especificadas.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa aos Srs. Secretário da Educação e Diretor do Museu Paranaense e ao Sr. Presidente do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1975.

a) MAURICIO FRUET

### JUSTIFICATIVA:

Transcorreu, a 19 do corrente, o centenário da morte do Barão de Antonina, nascido no então Continente de S. Pedro do Sul e que prestou ao Paraná serviços relevantíssimos.

João da Silva Machado, (Barão de Antonina), nasceu no continente de São Pedro do Sul (Rio Grande do Sul), falecido na Fazenda Pirituba, província de São Paulo em 1875.

Estabelecido no Paraná, na então 5ª Comarca da província de São Paulo, depois província do Paraná, prestou relevantes serviços à nossa terra pelo devastamento de campos e pelo desbravamento de sertões descobrindo rios e traçando roteiros de numerosas estradas.

O Conselho Geral do Governo da Província de São Paulo o designou para inspeção e emitir relatório sobre as estradas (ou melhor dizendo, caminhos) que ligavam o litoral ao planalto, bem como projetos de estradas estabelecendo a ligação de Santo Antonio da Lapa com Lajes e ligação da Vila de Curitiba com o arraial de São José dos Pinhais (estrada dos Ambrózios).

Os pareceres emitidos, confirmados posteriormente por outros inspetores do Governo Provincial, contribuíram para a melhoria dessas estradas, principalmente a da Serra do Mar que era tida como abismo das tropas. Basta dizer, que uma tropa de 1.500 muare na travessia da Serra do Mar, perdia de 700 a 800 cabeças, pelo fato de que os animais se precipitavam nos despeñadeiros.

A estrada de Santo Antonio da Lapa à Lajes foi aberta e construída pelo Barão de Antonina em tempo recorde para a época e deu-a por concluída em maio de 1829, com grandes elogios do bispo da diocese local, que acentuou a importância desta estrada pela maior facilidade concedida aos tropeiros e pela maior segurança em relação aos ataques dos índios Botucudos. O Governo Imperial determinou ao Governo da Província de São Paulo a necessidade da inauguração de um povoado em altura estratégica na estrada para Lajes a fim de garantir a ligação direta com a província do Rio Grande do Sul, já que o abastecimento de São Paulo e Rio de Janeiro dependia das tropas que procediam do Sul do País. A idéia inicial para a instalação desse povoado às margens do Rio Itajá, mas o Barão de Antonina, conhecedor da Região viu aceita sua indicação de que o povoado deveria instalar-se às margens do Rio Negro. Foi fundador do povoado de Rio Negro em 1828, tendo para ali conduzido diversas famílias de portugueses com seus filhos e escravatura.

Antes da inauguração da estrada para Lajes, ocorrida em maio de 1829, doze famílias alemãs procedentes da província de Santa Catarina, todas católicas, algumas originárias de Luxemburgo e outras de outras províncias alemãs.

Foram elas: João Klemenzen, Von Fischer, Pedro Sauer, Pedro Grein, Mathias Pixens, Nicolau Arbogast, Mateus Schuck, Leonardo Schultz, José Reth, Jacob Löffel, Matias Peters e Francisco Kraus. Em novembro de 1829 chegaram mais 17 famílias alemãs, constituídas de 79 pessoas, e entre elas se encontravam os seguintes colonos: Jacob Scholwember, Gregório Rauen, Mathias Groten, João Gebert, João Man, José Valiura, Pedro Muliber, Henrique Grabermamm, Numer, Iungles, Pedro Krios, Schieder e Nicolau Blay. Estas famílias são historicamente consideradas as fundadoras da colonização alemã em Rio Negro e Mafrá.

Homem de visão larga, colocou a seu serviço Francisco Lopes, irmão do Guia Lopes, celebrado por Taunay na Retirada da Laguna, e o paisagista e mapista John Henry Elliot, que desbravaram os sertões e que realizaram obra humanitária na formação de aldeamentos indígenas em terras doadas pelo Barão de Antonina, como os de S. Jerônimo e de S. Pedro de Alcântara, este último fronteiro à Colônia Militar de Jataí.

Incumbido pelo Imperador D. Pedro I, o Barão de Antonina trouxe para o Paraná as primeiras famílias de colonos alemães, e, com elas, fundou a atual cidade de Rio Negro.

Apasionado pela idéia da abertura de uma estrada de ligação de Antonina com o Sul de Mato Grosso, determinou a Francisco Lopes e a Elliot que procedessem ao levantamento das áreas em toda a sua extensão, com a fixação de rumos que demonstrassem a validade e a utilidade do projeto.

Diga-se de passagem que Elliot veio a ser o primeiro cartógrafo a pisar terras brasileiras, e sua missão foi exatamente a de fixar os acidentes geográficos do território Paranaense. Ele foi também exímio retratista, e o único quadro existente do Barão de Antonina é de sua autoria.

O Museu Paranaense possui cópias fotográficas de alguns dos trabalhos de Elliot, mandados fazer pelo Barão de Antonina graças às gestões, coroada de êxito, do prof. Oldemar Blasi, que inaugurou mostra naquela Casa, com o braço, as esporas de tropeiros, algumas cartas ao Barão de Monte Alegre, e outros documentos, justamente para a comemoração da passagem do centenário da morte do Barão de Antonina.

O Paraná tem cometido grave injustiça à memória do ilustre brasileiro. Embora gaúcho, lutou ele, tendo sido um dos principais articuladores do movimento em prol da emancipação política do Paraná, então Quinta Comarca da Província de São Paulo.

Em numerosas cartas, publicadas pelo Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, endereçadas a Jesuino Marcondes, estimulou este na luta pela emancipação almejada.

Causa espécie que, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e no Arquivo Nacional, entre os muitos órgãos federais, encontrem-se livros raros e manuscritos de excepcional valor histórico, sem que os nossos Governos Estaduais hajam se preocupado com o estabelecimento de um convênio com ditas entidades culturais a fim de que sejam publicados, para servirem de fonte aos pesquisadores da nossa História.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por exemplo, possui volumoso arquivo do Barão de Antonina, com documentos ainda inéditos, inclusive relatórios interessantíssimos do sertanista Francisco Lopes, sem que os nossos Governos tenham se interessado por sua aquisição, ou, pelo menos, por sua reprodução, como valiosa fonte de estudos históricos.

É tempo de o Paraná enriquecer o seu acervo cultural, ainda mais possuir, a partir de janeiro último, um Conselho Estadual de Cultura, de funcionamento ainda precário, porque vítima da conjuntura político-administrativa do Estado, pela mudança de governo, etc.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Hoje ocuparemos a Tribuna desta Casa, para focalizarmos um problema de transcendental importância para o nosso Estado, problema esse relacionado com a dragagem do Porto de Paranaguá.

Atualmente encontra-se operando naquele Porto, uma draga, executando serviços no canal da Galheta, o qual, após concluídos os trabalhos, previsto para o mês de abril próximo, terá a largura de 150 metros e a profundidade de 12 metros. Entretanto, segundo informações e dados por nós colhidos junto a pessoas ligadas ao Porto, essa largura e profundidade não serão satisfatórias para a passagem de "navios tipo", que corresponde aos navios graneleiros "Emerillon" e "Eliza F.", os quais saíram do Porto com carga incompleta devido às pequenas dimensões do canal.

Esses navios, com 45.000 toneladas de deslocamento, 200 metros de comprimento, 30 metros de boca 37' pés, equivalente a 11,28 metros de calado e 16 nós de velocidade, quando com carga completa, mesmo com o alargamento e profundidade previstos, não terão condições de transpor o canal sem correr o risco de encalhar, particularmente em dias de correnteza transversal, o que obriga a embarcação a navegar inclinada em relação à direção do canal para compensar os efeitos da correnteza. — A própria draga que opera no local, embarcação evidentemente bem menor do que os navios referidos e consequentemente com menor calado e de mais fácil manobra, já por duas vezes encalhou no canal.

Tratando-se portanto de um super-Porto e corredor de exportação, e prevendo-se que dentro dos próximos meses, com a conclusão das obras da Estrada de Ferro Central do Paraná, do novo traçado da ferrovia que liga Curitiba à Paranaguá e com a duplicação da rodovia BR-277 o Porto de Paranaguá terá um aumento considerável na demanda de exportação, seria oportuno que o canal da Galheta tivesse largura e profundidade suficientes para permitir que os grandes navios pudessem receber suas cargas sem correr o risco de encalhar.

Atualmente sem a Central do Paraná, o movimento no Porto de Paranaguá vem crescendo consideravelmente, conforme se observa pelas estatísticas.

Na década de 1964 — 1974, a movimentação do Porto foi de 876.000 toneladas em 1964 para 5.050.000 toneladas em 1974 o que implica num aumento de 476%. — Para 1975 está previsto um aumento de 40% sobre 1974.

Hoje possuímos um Porto em excelentes condições operacionais, equipado com elevada tecnologia, nosso Porto está apto a descarregar e carregar navios com a rapidez desejada. Há poucas semanas recebemos uma cábrea flutuante que tem capacidade para operar com pesados volumes, o que anteriormente só poderia ser feito no Porto de Santos.

Portanto é necessário que tenhamos um canal de acesso condizente com o Porto.

Assim, requeremos à Mesa, para enviar cópia desse nosso pronunciamento e apelo aos Excelentíssimos Senhores Ministros dos Transportes e Diretor do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, no sentido de ser autorizado o alargamento do Canal da Galheta, de 150 para 200 metros, numa extensão aproximada de 3.000 metros e a sua profundidade de 12 para 13 metros, somente na entrada do canal até a Ilha da Galheta, com a extensão de aproximadamente 1.500 metros, medidas essas que julgamos suficientes para a passagem de navios de 40.000 e 45.000 toneladas.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1975.

a) NELSON BUFFARA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, traz ao conhecimento da Casa, o teor do telegrama encaminhado pelo Diretor Técnico da Sanepar, Eng. Arnaldo Grassi, dirigido ao Senhor Prefeito de Santo Antonio da Platina, pedindo sua transcrição nos Anais da Casa.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1975.

a) GABRIEL MANOEL

TELEGRAMA CUJA TRANSCRIÇÃO NO ANAIS FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO GABRIEL MANOEL, EM SESSÃO REALIZADA EM 41/03/75.

"O Deputado Gabriel Manoel esteve conosco trazendo uma amostra de água de Santo Antonio da Platina, que nos causou estranheza.

Estamos nesta data enviando um técnico que irá entrar em entendimentos com Vossa Senhoria no sentido de sanar a irregularidade".

Eng. Arnaldo Grassi.

— Diretor Técnico —

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM à Mesa, após ciência e aprovação do Plenário, seja enviado Pedido de Informações ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública, Gal. Alcindo Pereira Gon-

calves, no sentido de que aquela autoridade estadual informa à Assembléia o seguinte:

1 — Qual a razão existente para que a Polícia Militar, através de seus membros sediados na região Sudoeste do Estado, venha invadindo residências e cometendo arbitrariedades como as que ocorreram nos Municípios de Capanema, Pérola do Oeste, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão e outros;

II — Se a Polícia Militar do Estado, através destes elementos, ao penetrar nas referidas casas, portava o competente mandado de Busca e Apreensão;

III — Por que a Polícia Militar, penetrou nas residências em tela, portando armas ostensivamente.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1975.

a) NILSO SGUAREZZI  
a) DENI SCHWARTZ

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, seja encaminhado ofício ao Banco Central e Caixa Econômica Federal, para que seja concedida carta patente para a instalação de uma agência da Caixa Econômica Federal na cidade de Toledo.

JUSTIFICATIVA:

Considerando-se a importância crescente das operações financeiras da citada cidade que representa um centro de região de grande desenvolvimento econômico; considerando-se ainda estar Toledo em 11º lugar na arrecadação estadual e federal de nosso Estado justifica-se a criação de agência da Caixa Econômica Federal, o que viria de encontro às necessidades daquela cidade, bem como atenderia aos altos interesses do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1975.

a) EGON PUDELL

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, e na forma do Regimento Interno, REQUER, seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário de Saúde do Estado do Paraná, no sentido de ser instalado um Posto de Saúde, unidade sanitária 2, no Distrito de Porto Mendes, no Município de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1975.

a) ALFREDO GULIN

JUSTIFICAÇÃO:

O povo do Distrito de Porto Mendes, Município de Mal. Cândido Rondon, de há muito se ressentia da falta de um Posto de Saúde, naquela localidade, pois necessitam viajar de 30 a 40 kms para receber assistência médica.

Assim, solicitamos aos ilustres Pares, o devido apoio e aprovação do presente.

## REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que este subscreve, ouvido o Plenário, REQUER o envio de apelo à Presidência da República, ao Ministério da Agricultura e à Secretaria de Agricultura do Estado, solicitando medidas urgentes para que seja evitado gravíssimo problema social que poderá ocorrer se a Autoridade e boa vontade do Governo não se fizerem presentes no equacionamento dos transtornos que envolvem a presente safra de soja na região. Para tanto, sugerimos as seguintes medidas:

1 — Que o Governo adquira no mínimo 50% do total da safra, se persistir o atual estado de coisas na comercialização do soja.

2 — Que sejam colocados a disposição dos órgãos governamentais competentes, todos os silos e armazéns ociosos, inclusive os particulares e os pertencentes às empresas multinacionais, para que haja condições de armazenamento do produto.

3 — Que se ofereça condições às cooperativas, em termos de financiamento, liberação ampla para exportação e armazéns e silos (os próprios e requisitados pelo governo) suficientes.

Esta nossa proposição se baseia ao verificarmos os problemas, pessoalmente, que estão ocorrendo na comercialização da soja na cidade de Maringá, onde colhemos as seguintes informações:

a) — Mais de 200 (duzentos) caminhões carregados com soja, aguardam impacientes a vez de venderem seus produtos, à Cooperativa de Maringá. Este número foi constatado no sábado, dia 29 de março de 1975.

b) — O número de veículos cresce assustadoramente a cada dia, estando a Cooperativa sem condições de oferecer fluidez normal à comercialização da safra.

c) — Considerando que estamos apenas em princípio de safra, pois a maioria das lavouras daquela região ainda não iniciaram as colheitas; se persistir o atual estado de coisas, a região mergulhará em imprevisível conflito social, inconveniente sob todos os aspectos aos trabalhadores, aos Municípios, ao Estado, à Nação e, à própria Segurança Nacional.

d) — Informaram diversos produtores de soja, que as empresas multinacionais que operam em Maringá, principalmente a Sanbra, que é a maior da região, se negam a comprar a soja, deixando claro nas negativas que —, se estamos prejudicando o País, que o Governo, então, compre a safra de soja' — Atitude por demais ofensiva à soberania e à Tolerância Nacional.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1975.

a) VALTER PIETRANGELO

## PROJETOS DE RESOLUÇÃO:

Projeto de Resolução nº 03/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — O artigo 7º do Decreto Legislativo nº 573/67, no seu § 2º, incisos I, II, IV, alíneas "b", passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º —

§ 2º —

I — Gabinete da Presidência:

a — ....

b — Quatro (4) Assessores;

II — Gabinete da 1ª Secretaria;

a — ....

b — Quatro (4) Assessores;

IV — Gabinete da 2ª Secretaria;

a — ....

b — Quatro (4) Assessores;"

Art. 2º — A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1975.

a) PAULO CAMARGO — Presidente

a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário

a) MAURICIO R. FRUET — 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

Com o maior volume de serviços nos Gabinetes da Comissão Executiva, decorrente do aumento do número de Deputados e da inauguração do novo Plenário, torna-se necessário sejam esses Gabinetes dotados de mais um Assessor, designados dentre funcionários do Poder Legislativo.



**PROJETOS DE LEI:****PROJETO DE LEI Nº 28/75**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a **FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE TOLEDO**, "Funet" — com sede e foro na cidade de **TOLEDO**.

Art. 2º—Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1975.

a) **EGON PUDELL****JUSTIFICATIVA:**

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos legais, para alcançar tal objetivo, eis, que se trata de entidade de natureza educacional, assistencial e filantrópica, vem prestando relevantes serviços à coletividade de maneira desinteressada; sua direção não recebe qualquer espécie de remuneração, seu estatuto social está devidamente registrado no Cartório competente.

Anexamos, para o exame mais acurado dos Senhores Deputados, o Estatuto e demais documentos comprobatórios da referida Fundação.

Portanto, nada mais justo que seja declarada de utilidade pública, a Fundação Educacional de Toledo, para que, contamos com o apoio dos nobres Deputados com assento nesta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica a Casa, que recebeu, dia 24 de março, Mensagem do Sr. Governador do Estado, que deverá ser apreciada por esta Casa, propondo o nome do Sr. Saul Raiz para ocupar o cargo de Prefeito Municipal de Curitiba.

O Sr. 1º Secretário fará a leitura da Mensagem.

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Lendo):

Mensagem nº 16/75

Curitiba, 24 de março de 1975.

Senhor Presidente.

Nos termos dos artigos 21, inciso I e 108, inciso I, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à alta apreciação desta Augusta Assembléia Legislativa, a indicação do nome do Engenheiro SAUL RAIZ para ocupar o cargo de Prefeito Municipal de Curitiba.

A larga folha de serviços prestados à causa pública pelo indicado, que exerceu com inteiro brilhantismo importantes funções como as de Diretor do Departamento de Urbanismo da Prefeitura Municipal de Curitiba, Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, Secretário de Viação e Obras Públicas e tantas outras, justifica plenamente a escolha do seu nome para tão elevado cargo público.

A fim de que essa Augusta Casa possa melhor julgar da indicação ora formulada é anexado "curriculum vitae" do Engenheiro Saul Raiz, onde está sucintamente demonstrada plena capacidade para o exercício do cargo de Prefeito Municipal de Curitiba.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, os meus protestos de estima e consideração.

a) **JAYME CANET JUNIOR** — Governador do Estado**CURRICULUM VITAE****NOME:** SAUL RAIZ**DATA DE NASCIMENTO:** 19/01/1930**NATURAL:** CURITIBA — PARANÁ**ESTADO CIVIL:** CASADO**NACIONALIDADE:** BRASILEIRA**FILIAÇÃO:** LEIZOR RAIZ e

Dona FLORA RAIZ

**1. CURSOS****1948/52:**

Curso de Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade Federal do Paraná;

**1958/59:**

Curso de urbanismo, realizado na França, quando concluiu estágios no Ministério de Reconstrução do Governo Francês e nos Escritórios de Planejamento Urbano.

Nesse mesmo período de permanência na França, frequentou curso de economia e humanismo prelecionado pelo Padre Libret.

**2. ATIVIDADES NO SERVIÇO PÚBLICO:****1950:**

Ingressou na Prefeitura Municipal de Curitiba na função de auxiliar de topografia;

**1952:**

Assumiu a direção do Departamento de Urbanismo da Prefeitura Municipal de Curitiba, sendo durante sua direção elaborado o Plano Diretor de Curitiba, em vista do qual a Capital do Estado foi considerada pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal como a cidade de maior progresso no Brasil;

**1961:**

Assumiu a Direção Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, do Estado do Paraná, em cuja gestão foi realizada a principal obra rodoviária do Governo Ney Braga, qual seja a "Rodovia do Café".

**1964:**

Nomeado Juiz do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

**1964:**

Convocado pelos Senhores Ministros dos Transportes e Planejamento, para instalar o "Grupo de Planejamento de Política nos transportes" nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em convênio com o Banco Mundial.

**1965/66:**

Nomeado para o cargo de Secretário de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas do Estado do Paraná;

**3. ATIVIDADES NO SETOR PRIVADO:****1967/75:**

Assumiu a direção de várias empresas, sendo até fevereiro de 1975, Presidente da Companhia Brasileira de Sintéticos e Superintendente das Indústrias Klabin — Divisão de Cerâmica.

O SR. PRESIDENTE — Em vista da Mensagem Governamental, a Mesa de acordo com o artigo 2º da Resolução nº 2/66 de 5/10/66, constitui uma Comissão Especial composta de 5 membros, assegurando representação proporcional.

Nestas condições, peço ao líder da ARENA que indique três membros, e ao Sr. Líder do MDB, que indique dois membros para, no prazo máximo de três dias, apreciarem essa indicação.

A Mesa aguarda a indicação dos Srs. Líderes.

— (São encaminhadas à Mesa, as seguintes indicações):

**I N D I C A Ç Ã O:**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e no exercício da Liderança da ARENA, vem, respeitosamente, indicar os nomes dos Senhores Deputados **QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA**, **BASILIO ZANUSSO** e **EGON PUDELL**, para integrarem a Comissão Especial que, nos termos da Resolução nº 2, deverá opinar sobre a Mensagem Governamental nº 16/75, que indicou o nome do Sr. Engenheiro SAUL RAIZ para a Prefeitura Municipal de Curitiba.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1975.

a) **IVO THOMAZONI** — Líder da ARENA**I N D I C A Ç Ã O:**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e no exercício da Liderança do MDB, vem,

respeitosamente, indicar os nomes dos Senhores Deputados ENEAS FARIA e ADALBERTO DAROS, para integrarem a Comissão Especial que, nos termos da Resolução nº 2, deverá opinar sobre a Mensagem Governamental nº 16/75, que indicou o nome do Sr. Engenheiro SAUL RAIZ para a Prefeitura Municipal de Curitiba.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1975.

a) MUGGIATI FILHO — Líder do MDB

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, primeiro orador inscrito para o Pequeno Exponente.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Infelizmente, sendo a primeira vez que ocupo esta Tribuna, não o faço como gostaria de fazê-lo, para discutir problemas magnos, econômicos e sociais de nosso Estado.

Infelizmente, como disse, Sr. Presidente, Srs. Deputados, retornando do Sudoeste do Paraná, tenho em minhas mãos documentos comprobatórios que, apesar da boa votando, das palavras bonitas, e porque não dizer, até mesmo do voto de confiança dado pela Oposição ao novo Governador do Estado, o início não foi promissor. A região Sudoeste do Paraná volta às manchetes, como já esteve, inclusive em jornais e revistas até internacionais em 1957.

Infelizmente volto da Região, onde cerca de 80 policiais estão invadindo as propriedades em buscar de armamento, como se o Sudoeste fosse uma área onde as pessoas nem sequer merecessem ser brasileiras. Não sabemos quais as razões que levaram os policiais, sediados em Pato Branco, no dia 15 de março, invadiram residências, casas comerciais dos municípios de Santo Antonio, Pérola do Oeste, Capanema, para retirarem armamentos.

Tenho em mãos ampla reportagem do jornal "O Estado do Paraná", de 23 de março do corrente ano, relatando os fatos. Tenho em mãos fotocópia da carta enviada ao jornalista José Domingos, do Canal 12, carta de uma senhora cuja casa foi invadida. Trata-se da Sra. Helena Ferreira Noetzold, esposa do Sr. Olívio Noetzold, homem por demais conhecido em Francisco Beltrão e municípios vizinhos.

Tenho em mãos, da Delegacia de Ordem Política e Social, licença para posse de arma do Sr. Dionísio Moresco, pessoa essa que não tem mais valor, apesar das assinaturas que aqui se encontram, pois as armas foram retiradas desse Senhor.

Acabo de receber há poucos minutos, daí o motivo por não estar incluído no Requerimento que farei no final, telegrama do Prefeito Municipal de Francisco Beltrão, que faço questão de ler: "Cumpra-me informar Vossência que população município região vg vem sendo vítima invasão domicílio, com fim prender armas vg parte destacamento policial batalhão de Pato Branco pt inobstante entendemos salutares medidas repressivas contra abusos de uso de armas encarecemos Vossência providências maiores cautelas dado o pânico que se encontra população nosso interior invasões domiciliares vg com graves consequências mormente referências crianças e esposas pt Atenciosamente Antonio de Paiva Cantelmo — Prefeito Municipal".

Sr. Presidente, há poucos dias, em aparte, dizia que no Sudoeste, região de que me orgulho, de fazer parte, vivem brasileiros talvez mais brasileiros que nós, homens que não tem direito sequer de escolher seus Prefeitos, mas que estão diuturnamente sendo tratados como marginais da sociedade brasileira, como aconteceu em Santo Antonio do Sudoeste, com casas invadidas por policiais. Vejam os Srs. que após essa batida da Polícia, as consequências foram mais funestas, pois atrás dessa batida, um bando de marginais, verdadeiros marginais, estão pondo em polvorosa toda a população.

Estive no município de Salto do Lontra e vi homens apavorados com a ação desses policiais. Recebi do companheiro Fielcino Tolentino a preocupação do próprio Prefeito da ARENA, do Município de Leônidas Marques, com a presença da polícia. Vejam os Srs. que essa busca de armas é para por fim a

contrabando, deveríamos ter vergonha de falar em contrabando em nossa Região, porque lá fazem contrabando de farinha e azeite, farinha que sai da Argentina pela metade do preço, para vir ser consumida em uma das regiões que mais produz trigo no Estado, uma das melhores regiões produtoras de trigo. Deveríamos ter vergonha de falar em contrabando de trigo do país por que sai mais barato ir buscar na Argentina, País que vive sob o signo do terrorismo. Somos um País que produz soja, e não temos óleo e é preciso ir buscar na Argentina.

É com esta revolta que venho à Tribuna para requerer informações juntamente com o ilustre Deputado Nilso Sguarezzi, (lê):

Senhor Presidente.

Exatamente no momento, em que o Brasil mais se fala em DIREITOS HUMANOS, o Sudoeste do Paraná volta às manchetes jornalísticas, como palco de arbitrariedades policiais.

A Polícia Militar do Estado do Paraná, mobilizada como se estivesse em verdadeiro campo de batalha, locomove-se em ônibus especialmente fretados, organizando acampamento de tropas armadas e procedendo, principalmente nas populações rurais dos Municípios do Sudoeste do Estado indiscriminado desarmamento. Desde pequenas facas de "brindes" até a armas registradas legalmente, são arrecadadas nesta operação. Por outro lado, a inviolabilidade do domicílio não tem sido respeitada. Policiais armados, intimam os agricultores a franquearem suas residências para a revista que se realiza da maneira mais intimidante, digo, mais intimidativa e arbitrária possível, revolvendo colchões, móveis e utensílios domésticos. Por outro lado, as autoridades constituídas dos municípios "revistados" não são notificadas desta operação.

Juntamos recorte de jornal "O Estado do Paraná", do último dia 23, que retrata a situação nos municípios da fronteira, bem como carta endereçada (fotocópia) ao jornalista José Domingos, além de Licença para Posse de Arma do Sr. Dionísio Moresco, pois segundo suas declarações, tais documentos de nada valeram a justificar seu direito.

Curitiba, 31 de março de 1975.

a) DENI SCHWARTZ

a) NILSO SGUAREZZI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, este é o teor do Requerimento que passaremos às mãos de V. Exa. para que saibamos quais as razões pelas quais a população do Sudoeste estava sendo tratada como marginal da sociedade paranaense. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

— (Assume a presidência o Sr. Deputado Gabriel Sampaio).

OSR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lucio Machado, segundo orador inscrito.

O SR. LUCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Às vezes começamos a pensar e a sentir que a função do parlamentar se desvia do objetivo que naturalmente tinha que ser. Nós vemos, nesta Tribuna, quase que constantemente e principalmente pelos nossos companheiros de profissão, as queixas e reclamações constantes, partidas sempre do Governo — é a polícia amedrontando o povo, é a probreza proliferando em todas as regiões, é o abandono constante da gente do Paraná. É lamentável que o parlamentar não tenha a sua posição que deveria ter, aquela simplesmente de apresentar projetos de melhoramentos a estrutura de um Governo, é lamentável que o Governo não se colocasse no seu lugar de Governo, de apacentar, de amparar e apri-morar as riquezas do seu povo, e hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, trago à Tribuna um pedido formalizado através de um Projeto de Lei. Este pedido é no sentido de que se construa um Ginásio com 3 salas, no Distrito de Marimbondo, no Município de Siqueira Campos. Este Distrito, Sr. Presidente, Srs. Deputados, distancia de Siqueira Campos, sua sede municipal, 32 quilômetros. Existem nos arredores do Distrito, numa distância de 500 metros a 5 km, 7 escolas que dão a conclusão a centenas de alunos, do curso primário. Neste ano, nestas 7 escolas, 260 alunos na totalida-

de filhos de lavradores desta laboriosa classe, que garante o pão de cada dia para mais de 100 milhões de brasileiros. Esta classe que deveria ter, acima de tudo, mais apoio do Governo, ter as vistas do Governo, alargadas para si e sua família, entretanto o Município de Marimbondo não existe nem sequer num projeto para a construção do Ginásio Estadual. Nesta oportunidade, queremos apresentar à Mesa e solicitar com antecipação o apoio de nossos Pares, porque, realmente, o Projeto se revela da mais alta medida de justiça. (Lê):

Projeto de Lei nº 29/75  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

O Deputado que este subscreve, no uso de seus direitos que lhe são conferidos por lei, submete à aprovação o seguinte Projeto:

Art. 1º — Fica criado no Distrito de Marimbondo, Município de Siqueira Campos, deste Estado, Ginásio Estadual com 3 salas iniciais que serão construídas com recursos constantes do Orçamento Vigente.

Art. 2º — Fica o Exmo. Governador do Estado autorizado pela presente Lei a dispendir o valor correspondente à construção prevista no artigo 1º obedecendo as determinações do organograma legal.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1975.

a) LUCIO MACHADO

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Srs. Deputados.

O distrito de Marimbondo conhecido atualmente por Alema, é um dos mais ricos distritos do Município de Siqueira Campos, contribuindo atualmente com 35% da Renda Orçamentária Municipal; não obstante encontra-se aquela comunidade Distrital, por anos e anos consecutivos, no mais completo abandono, não se sabe se os recursos dali advindo são aplicados em outros setores municipais, pela administração, por necessidade comprovada ou malevolamente.

Mas, esqueçamos Srs. Presidente, Srs. Deputados, o fato relacionado com o abandono administrativo que observamos naquela localidade, falemos mais objetivamente sobre o fato que justifica a criação imediata, urgente, do Ginásio Estadual naquele Distrito.

Numa orla não superior a 5 quilômetros do Distrito de Marimbondo, que distancia 32 quilômetros da sede nessa orla de 500 metros a 5 quilômetros mais ou menos, existem 7 escolas de grau primário onde 260 alunos concluíram o 1º Ciclo de escolaridade, sendo esses alunos na totalidade filhos de lavradores, e jamais terão condições de alcançarem o curso Ginasial se tiverem que demandar à sede do Município em busca de matrículas.

Daí a necessidade, por demais justificada, medida de relevante justiça que se crie e funcione urgentemente o Ginásio Estadual de Marimbondo, Distrito do Município de Siqueira Campos.

Era isto, Sr. Presidente, o que tínhamos no dia de hoje, para trazer à apreciação, para submeter à apreciação desta Casa. E temos a plena certeza, Srs. Deputados, que não negarão a aprovação ao nosso Projeto de Lei, assim como também deixaremos aqui a plena certeza que o Sr. Governador do Estado, tão logo tenha conhecimento do mesmo, mesmo tramitando nesta Casa para chegar ao passo definitivo da aprovação, tomará as providências necessárias no sentido de que seja construído naquela localidade o Ginásio Estadual. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, terceiro orador inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos, neste instante, assomando a Tribuna da Casa para levar ao conhecimento do povo do Paraná, dos Srs. Deputados e dos Srs. componentes da Mesa, de que estamos, de Santo Antonio

da Platina, recebendo uma comunicação daquela população, de que a água que estava sendo usada por aquela gente é água poluída, contaminada. Descuido talvez dos órgãos da SANEPAR, que estava sendo quase impraticável para o uso doméstico.

E a pedido do Sr. Prefeito Municipal de Santo Antonio da Platina, com quem tivemos a satisfação de conversar hoje pela manhã, levamos uma amostra daquele líquido poluído, responsável pela saúde daquela população ordeira, e temos neste instante a satisfação de vir à Tribuna e dizer a esta Douta Assembléia, aos meus companheiros e também aos Deputados da ARENA, que estamos vigilantes, trabalhando, como disse, ao lado do povo, sem demagogia, com um esquema ordenado de acordo com a vontade de S. Exa. o Sr. Jayme Canet Junior. E eu quero neste instante, ler o telegrama enviado pelo Sr. Diretor Técnico da SANEPAR. (Lê):

“O Deputado Gabriel Manoel esteve conosco trazendo uma amostra de água de Santo Antonio da Platina, que nos causou estranheza.

Estamos, nesta data, enviando um técnico que irá entrar em entendimentos com V. Exa. no sentido de sanar a irregularidade. Ass. Eng. Arnaldo Grassi.”

Estamos encaminhando à Mesa, para que fique transcrito nos Anais da Casa, e para que todos saibam que a SANEPAR, um órgão do Governo, uma Companhia de Economia Mista, é basta que se leve, que se diga, que as providências serão tomadas dentro de um curto prazo. E que amanhã, não venham os menos avisados dizerem que estão tomando água contaminada.

É um fato que estamos denunciando da Tribuna como Deputado da ARENA e também porque temos a responsabilidade de cumprir com o nosso dever perante o povo. E quero que fique claro que esta anormalidade será sanada no mais curto espaço de tempo possível.

E também, respondendo ao meu companheiro Lucio Machado, no que concerne à extensão do Ginásio do Município de Marimbondo, queremos apenas informar que é inconstitucional o seu Requerimento, porque nós podemos propor, os Deputados poderão propor, com a cooperação do Secretário de Educação. Então, S. Exa. poderá ver da possibilidade ou não, apesar de que com as reformas, dos chamados Ginásios, que estão sendo extintos gradativamente, e para que fique patente, o Sr. Secretário está inteiramente às ordens dos Srs. Deputados para dialogar, para conversar e para que o Paraná caminhe na sua trajetória almejada. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Presidência anuncia, com satisfação, a presença em Plenário do Sr. Deputado Federal Fernando Gama.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo, quarto orador inscrito.

O SR. VALTER PEITRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Encaminhamos hoje à Mesa Requerimento solicitando providências às autoridades governamentais competentes para o gravíssimo problema que está intranquilizando a minha cidade de Maringá.

Quero prestar mais alguns esclarecimentos a meus companheiros, reivindicando seu apoio para esta nossa solicitação.

Ao passar por minha cidade tive o assombro de ser procurado por companheiros nossos, inclusive companheiros que além de comercializarem com a soja, são produtores da oleaginosa. Esses amigos chegaram a este modesto Deputado, e por mais estranho que pareça, fizeram o seguinte pedido: “Valter, por favor entenda-se com seus companheiros Deputados Estaduais, entenda-se com nossos companheiros do Parlamento Nacional para que deixem para uma época posterior a atitude fiscalizatória às atividades das empresas multi-nacionais. Que o MDB, que os Deputados situacionistas que propõem apoio à CPI que vai medir até que ponto estas empresas prejudicam a economia nacional, que estacionem para que possamos sair de um conflito



social que, se não houver uma medida, poderá se transformar, poderá tomar atitudes imprevisíveis”.

No dia 29, sábado deste mês, procuramos observar o problema que ocorre em Maringá com os comerciantes da soja, junto à Cooperativa. Nada menos que 200 caminhões enfileirados, aguardando sua vez para entregar seu produto e a cada dia se verifica um aumento de veículos, intranquilizando as autoridades maringenses, deixando os sojicultores assombrados diante da persistência deste estado de coisas.

Disseram-me meus companheiros que procuraram as empresas que comercializam com o soja em Maringá para oferecer o produto. Eis a resposta que receberam: “Não podemos comprar a sua soja, caríssimos produtores, porque o Governo nos diz que prejudicamos a economia nacional. Então o eminente produtor que vá vender seu produto ao Governo”. Isto numa afronta à soberania nacional, num desrespeito às autoridades governamentais de nossa querida Pátria.

Por esta razão, interpretando os anseios, os temores da gente de minha região, de Maringá, é que encaminhamos à Mesa este Requerimento, pedindo que seja dirigido à Presidência da República, ao Ministério e Secretaria de Agricultura, ponderando as nossas autoridades sobre esse desrespeito, essas ofensas que se patenteiam, aqui, como ameaças até à própria segurança nacional.

Neste Parlamento, todos estamos imbuídos dessa atitude distanciada de demagogia e de outras interpretações mais sofisticadas, mas, exclusivamente com o objetivo de trazer, nesta Tribuna, as preocupações, os sofrimentos de nosso trabalhador, desde o trigo esfarrapado, desassistido e já sem esperanças de um futuro melhor. E quando entrevemos, na atitude governamental, uma preocupação de buscar novas soluções, de encontrar caminhos novos que possam estabelecer uma distribuição de renda mais justa que possa trazer o Governo ao encontro do homem, é que nós, sem preocupações maiores ou menores, vimos tranquilamente, de cabeça erguida, denunciar um problema que reputamos de alta gravidade e manifestar a nossa confiança que a mão forte do Governo, que a boa vontade do Governo, haverá de vir, imediatamente, em socorro aos trabalhadores do Paraná, dos trabalhadores do Brasil.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, quinto orador inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Move-nos uma grande preocupação e que diz respeito aos serviços de dragagem que estão sendo feitos no Porto de Paranaguá, eis que a CBD, Companhia Brasileira de Dragagem, destinou uma draga contratada por aquela empresa, para dragar o canal de acesso ao Porto de Paranaguá. E os serviços de dragagem supervisionados pelo DNPVN que deverão estar concluídos na segunda quinzena do mês de abril, com a seguinte previsão: largura do Canal da Galheta que tem 3 mil metros de extensão; 150 metros nos 3 mil metros de extensão, e profundidade de 12 metros. Temos um gráfico que vou encaminhar à Mesa, acompanhado de expediente datilografado e que deverá ser dirigido ao DNPVN e Ministério dos Transportes. Este gráfico demonstra a nossa preocupação.

Entendemos que Paranaguá, super-porto, corredor de exportação, porto altamente sofisticado, há poucas semanas recebeu uma cábrea flutuante que tem capacidade para operar com pesados volumes, o que anteriormente só poderia ser feito no Porto de Santos.

De nada adianta, Sr. Presidente, Srs. Deputados, termos um porto aparelhado e sofisticado sem estar condizente com os navios que a nosso Porto se destinam. “Navios tipo”, que correspondem aos navios graneleiros “Emerillon” e “Eliza F.” de 45 mil toneladas, 200 metros de comprimento e 30 metros de largura adentram nosso Porto e não podem sair com a carga completa, lastimavelmente, porque se assim o fizerem estão fadados a encalhar no Canal. Destarte, estamos envidando nossos esforços, no

sentido de sensibilizar as autoridades competentes para que alarguem de 150 para 200 metros, em 1.500 metros de extensão do início do adentramento do Canal da Galheta, porque ali há uma incidência muito forte de correnteza e se não houver alargamento, esses navios de 45 mil toneladas fatalmente irão encalhar naquele Canal. Isso porque, os navios quando saem, eles não podem desenvolver uma velocidade grande, de 25, 27 ou 30 nós. Eles saem apenas com 6 a 8 nós, e nessa vagarosidade, com a correnteza daquela região, os navios oscilam consideravelmente e a largura de 150 metros é insuficiente.

A maioria da população de Paranaguá vive em razão do Porto, sendo esse um dos motivos necessários para que o Governo autorize o prosseguimento do serviço de dragagem do Porto e sem que haja solução de continuidade, já que o serviço será concluído em abril, queremos que Paranaguá tenha condições excelentes para seu Porto.

O Porto de Paranaguá cresceu consideravelmente na última década. Em 1964 o nosso Porto tinha uma movimentação de 876 mil toneladas. Hoje o Porto de Paranaguá movimenta 5 milhões e 50 mil toneladas e está previsto para 1975 35% sobre o percentual de 74. Paranaguá exporta para o mundo todo, porém, recebe navios de 45 mil toneladas e não tem condições esses navios de atravessar o Canal da Galheta com sua carga completa.

Não adiantam navios desse porte, graneleiros, aportarem em Paranaguá, sem condições de receber carga completa.

Nosso Requerimento, se os Srs. Deputados entenderem de aprová-lo, consiste no que acabamos de dizer, a nossa preocupação de alargar para 200 metros em toda a extensão de 3 mil metros e apenas na entrada do canal até a Ilha da Galheta, com a extensão aproximada de 1.500 metros, a profundidade de 12 para 13 metros. Um metro mais é altamente necessário para que esses navios possam aportar de acordo com as condições.

Paranaguá, como sabem os Srs. Deputados, é o nosso principal escoadouro e as condições daquele porto são excelentes. Portanto, a preocupação desta Casa deve estar num clima de prioridade porque os Senhores que representam as regiões Norte, Sudoeste, Oeste, zonas produtoras por excelência deste Estado essencialmente agrícola, devem desejar que a exportação seja a granel. A preocupação de todos nós deve ser no sentido de que as autoridades federais ouçam nossos apelos que não são de um Deputado da região litorânea especificamente, mas que é a aspiração de todo o Poder Legislativo através dos Deputados das várias regiões do Estado, e que estão todos eles interessados no que acabo de trazer a esta Casa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Antes de conceder a palavra ao último orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lázaro Dumont, quero registrar a presença neste Plenário do Deputado Federal, Antonio Annibelli.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nossa presença na Tribuna no dia de hoje será para trazer a esta Casa a nossa preocupação com relação a um assunto que já foi trazido a este Plenário.

Queremos, nesta oportunidade, dar nossa solidariedade ao Requerimento assinado pelos Senhores Deputados Deni Schwartz e Nilso Sguarezzi porque, infelizmente, talvez má orientada, a nossa polícia está agindo arbitrariamente nas batidas, como vulgarmente são chamadas, nas visitas que fazem às residências.

Todos os nossos colegas sabem que representamos, quase na totalidade de nossos votos, homens de zona rural. Nesses dias, principalmente da Semana Santa, recebemos alguns telegramas, alguns telefonemas e algumas pessoas nos procuraram para que tomássemos providências no sentido de que recebessem de volta armas que lhes haviam sido tiradas.

Ainda esta manhã recebi, não da região onde estão fazendo essas batidas, quatro grilheiros, quatro posseiros que foram expulsos de suas propriedades por jagunços nesses últimos dias.

Sinceramente, acreditamos que a Polícia está sendo mal



orientada e esperamos que o atual Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, Gal. Alcindo Pereira, que já prestou tantos serviços, irá procurar orientar melhor nossos policiais para que na hora de uma batida saibam como agir. Se formos partir do pressuposto de que alguém que tenha uma espingarda ou um revólver dentro de sua casa irá contribuir para uma ação menos digna termos, também, que dar batidas nas grandes cidades grandes como Curitiba, Londrina, Paranaguá, Maringá e outras, onde iremos encontrar muitas e muitas armas. Por que se dá batida apenas nas casas dos lavradores que necessitam de armas para entrar mato adentro, para matar um bicho qualquer, enfim para defender-se.

— (Reassume a Presidência o Sr. Deputado Paulo Camargo).

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, atendendo solicitação daqueles que me ajudaram a estar presente nesta Casa no dia de hoje, encaminho um apelo ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Segurança Pública, que, oriente melhor os seus comandados — não sei se a orientação parte de Sua Excelência, para que não se venha novamente nesta Casa trazer este mesmo assunto, que é tão vergonhoso para nós. A falta de orientação numa batida, no Estado do Paraná é tão grande, que, há questão de 1 ano e meio atrás, numa viagem que fazíamos minha família e eu, no Sudoeste do Paraná, meu veículo foi revistado assim como todas as nossas malas, não adiantando sequer que eu estivesse acompanhado de minha esposa, filhos, e sogros, e não adiantando sequer a minha identificação de Deputado. Tive que exibir toda a nossa bagagem, a fim de eles constatarem que em nosso veículo não carregávamos nenhuma bomba, nenhuma arma.

Porisso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, encarecidamente solicitamos aos órgãos de Segurança do Estado do Paraná, que dêem garantia também a esses lavradores e a esses colonos, para que eles possam ter, a exemplo de tantos outros, também a sua arma. Caso contrário, vamos fechar as casas que vendem armas neste Estado. Ainda sábado, tive oportunidade de assistir uma partida de futebol pela televisão, cujo patrocinador era uma casa de armas, não me lembro de que cidade. É uma necessidade que eles tenham sua arma, para defesa e integridade de sua família.

Era somente isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Findo o Pequeno Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — (Lê): Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Incumbido de falar sobre a Revolução, onze anos após a sua eclosão, em 31 de março de 1964, interroguei-me relativamente ao aspecto que deveria abordar no fato que Philippe Schmitter arguto observador da História Política recente, qualificou de "Movimento Restaurador" no Brasil.

Afastando desde logo a idéia de desenvolver exaustiva digressão a propósito dos êxitos alcançados - o que seria mais comodo e tão a gosto de muitos - inclinei-me francamente seduzido pelo tema e convicto de sua validade na hora presente, por um projeto deveras ambicioso - o exame do modelo político brasileiro.

Se pretendi ser ambicioso, lhes asseguro todavia, que serei breve.

Sr. Presidente Srs. Deputados: Cumpre distinguir entre a Revolução e o seu processo. "A Revolução há de ser permanente como idéia e inspiração, para que com a colaboração do tempo, invocado pacientemente, possa produzir seus frutos, que se caracterizam principalmente pela mudança consentida das estruturas e da mentalidade dominante seja do povo, seja das elites. O processo revolucionário há de ser transitório e breve, porque sua duração tende a consagração do arbítrio, que elimina o Direito, tranquiliza os cidadãos e paralisa a evolução do meio social. O que urge institucionalizar, portanto, é a Revolução e não o seu processo".

Essas sábias palavras do extinto Senador Milton Campos

foram proferidas, em memorável pronunciamento, há mais de cinco anos.

— (Assume a Presidência o Sr. Deputado Maurício Fruet).

Mas a sua atualidade, nesta hora em que a Revolução assinala o seu primeiro passo, o seu primeiro ano da segunda década, nos convida à reflexão.

E nossos olhos se voltam para o futuro.

Porque ainda agora nossa tarefa mais premente, nossa contribuição mais lúcida, nosso objetivo mais profundo, é institucionalizar a Revolução e não o seu processo.

Sei que não é uma tarefa fácil.

Sei que, para isso, devemos ter bem nítidos, os nossos objetivos e devem ser bem cautelosos os nossos passos. Porque navegamos para os espaços amplos e os horizontes abertos da institucionalização do regime democrático; e não podemos, pela pressa, produzir ondas capazes de balançar o próprio barco.

Os que compreendem o realismo, a segurança e a lucidez com que o Presidente Geisel vem orientando o leme, podem perceber também que, por mais divergentes que sejam os nossos pontos de vista no que diz aos meios, por mais diversas respeitoos que sejam as nossas concepções no que tange aos métodos, devemos, a classe política como um todo, remar na mesma direção e para o mesmo fim. Pois longe de ser uma meta programática da oposição, a institucionalização plena do regime democrático neste País, com tudo o que isso significa em termos de respeito aos direitos, à liberdade e à dignidade do cidadão brasileiro, configura a mais alta das aspirações do próprio Presidente da República. E bastaria relembrar o clima de liberdade que transcorreu o último pleito que nos permitiu a honra de estarmos agora aqui presentes, para atestar a firmeza do Presidente em seus propósitos de abertura democrática. Tem acentuado o Presidente, aliás, que em seu Governo deseja ver o político predominar sobre o econômico, no sentido de que deseja transferir para o centro do palco as conquistas econômicas, por si só não bastam. E mais uma vez, a evidência dessa verdade nos foi proporcionada por ocasião do último pleito.

Se, durante praticamente 10 anos, o País foi conduzido ao sabor de fatores econômicos e sob uma selva de intrincados hieroglifos de economês, a cujo privilegiado entendimento só tinham acesso os iniciados a chegada a hora de ascularmos a opinião do povo, redirigindo os nossos caminhos em função de critérios que certamente não têm o mesmo fascínio da linguagem hermética dos tratados, mas certamente melhor consultam os legítimos reclamos dos cidadãos que aqui representamos. Não se trata, mais, de pensarmos em termos de modelo econômico brasileiro; agora, de conduzirmos nossos esforços para a definição de nosso modelo político.

Só por isso, pela conjuntura histórica que presentemente atravessa, a Revolução encontra-se agora nos albores de uma etapa nova, em que, mais do que nunca, exige-se espírito criador de suas lideranças.

E esta etapa, justamente, poderá ser a mais importante, porque devisiva: constitui, praticamente, o desafio mais amplo que ela terá de enfrentar e vencer para testar a sua própria maturidade.

Assim espera, em verdade, o próprio Presidente Geisel, da classe política do país. E devemos unir nossos esforços para que efetivamente esta legislatura coincida com a fase de seu Governo em que ele, nas suas próprias palavras, espera "afirmar a importância da ação política: criadora, na progressiva institucionalização do sistema democrático; dinâmica, na vida partidária que, em permanência, seja capaz de mobilizar a participação de todas as parcelas da população, e canalizar-lhes com fidelidade, as aspirações legítimas de progresso; consensualista, na capacidade de dissolver antagonismos e conflitos, através de fórmulas de conciliação.

A ação do Governo é a vontade manifesta do Presidente com vistas a gradual distensão e abertura política caminham, pois, no sentido de transformar a institucionalização dos ideais

revolucionários na institucionalização dos ideais democráticos, isto é, para que se harmonizem na mais ampla e completa integração.

Nesta segunda década, compete à Revolução absorver os ideais democráticos de nosso povo, institucionalizando-se para que cumpra o seu papel histórico perante o País, e em última análise, cesse como processo mas permaneça para sempre como uma realidade da vida brasileira, que é a realidade democrática.

Com isso, tornam-se claros os parâmetros do modelo político brasileiro: a democracia aberta, ainda que ajustada às nossas circunstâncias conjunturais, mas fiel aos seus princípios fundamentais, que são a participação do povo no processo decisório, a liberdade de livre manifestação das opiniões e o respeito aos direitos humanos.

Não é um modelo político novo.

Mas, certamente, é o que mais fundamenta aspira o nosso povo".

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA

com a presença de 46 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Resolução de autoria da Comissão Executiva, constante do Expediente. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**3ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei nº 117/73, de autoria do Deputado João C. Fadel, que autoriza o Poder Executivo criar uma Faculdade de Veterinária, na sede do Município de Castro, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

**2ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei nº 19/74, de autoria do Deputado Haroldo Bianchi, que cria na "Fundação Estadual Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho", os Cursos de "Orientador Educacional" e "Supervisor de Ensino". Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Expediente firmado pelo Sr. Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, indicando os nomes dos Senhores Deputados Quielse Crisostomo, Basílio Zanusso e Egon Pudell, para integrarem a Comissão Especial que, nos termos da Resolução nº 2, deverá opinar sobre a Mensagem Governamental nº 16/75, que indicou o nome do Sr. Engenheiro Saul Raiz para a Prefeitura Municipal de Curitiba. — Ao Departamento Legislativo — Divisão das Comissões, para anotar.

Expediente firmado pelo Sr. Muggiati Filho, constante do Expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados Enéas Faria e Adalberto Daros, para integrarem a Comissão Especial, que deverá opinar sobre a Mensagem Governamental nº 16/75, que indicou o nome do Sr. Engenheiro Saul Raiz para a Prefeitura Municipal de Curitiba. — Ao Departamento Legislativo — Divisão das Comissões, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da sra. Irene Almeida Tomazewski, sua filha Mirian e sua

cunhada Poli T. dos Santos, perecidas em trágico naufrágio na Praia Grande, em Santos — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo ao jornal "Diário do Paraná" pela passagem do seu 21º aniversário. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 282º aniversário da emancipação política de Curitiba. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja encaminhada sugestão ao Sr. Governador do Estado, no sentido de formalizar convênios com as entidades culturais, bem como, requer registro na Ata da Sessão de hoje, do Centenário de morte do Barão de Antonina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo aos Srs. Ministro dos transportes e Diretor Nacional de Portos e Vias Navegáveis, no sentido de ser autorizado o alargamento do Canal de Galheta. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do inteiro teor do Telegrama encaminhado pelo Sr. Diretor Técnico da Sanepar, e dirigido ao Sr. Prefeito Municipal de Santo Antonio da Platina. — **Aprovado.** (O telegrama a ser transcrito, acha-se publicado anexo ao Requerimento).

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Deni Schwartz e Nilso Sguarezzi, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Secretário de Segurança Pública, sobre diversas considerações. — **Em discussão.**

O SR. IVO THOMAZONI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Para discutir. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Inicialmente devo fixar a minha posição diante do Requerimento formulado pelo Deputado Deni Schwartz, que pretende obter das autoridades policiais no setor de Segurança do Estado, informações atinentes ao comportamento de militares na Região Sudoeste do Paraná, por ocasião de uma batida, que segundo notícias dos jornais, pretendia o desarmamento naquela região de fronteiras, em especial.

Inicialmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, devo afirmar que votarei com o Deputado Deni Schwartz, pretendendo que o Secretário de Segurança recentemente investido naquela função, diga à esta Casa se houveram violências cometidas por policiais, quando do desempenho daquela missão.

Não poderia deixar de informar à Casa, Sr. Presidente, de que em início da semana passada, estive com o Gal. Alcindo, Secretário de Segurança, procurando obter de S. Exa. informações a cerca do que está ocorrendo na nossa Região. E o sr. Secretário informou a este Deputado de que o deslocamento de tropas policiais para aquela região foi consequência de um relatório em mãos do Sr. Secretário, fruto de um levantamento feito na área pela Polícia Federal, pela Polícia Militar e pela Polícia Civil, que davam conta da existência nos Municípios limítrofes com a República Argentina, num crescente número de contrabando e de uma crescente preocupação das autoridades quanto ao armamento ali existente. O que originou que se constituísse uma Comissão para levantar o problema da área, foram as solicitações dirigidas às autoridades estaduais e federais, por um Sr. Juiz de Direito daquelas Comarcas.

Convém informar também a Casa, que acerca de 30 dias, um gendarme argentino foi morto por brasileiros, que, depois que cometeram o assassinato se homiziaram em território brasileiro com o compromisso de recambiarem aquele que havia, em território argentino, cometido um assassinato na pessoa de um membro da Gendarmeria Argentina.

E como as autoridades estavam preocupadas em manter a integridade do brasileiro, não permitiram que o mesmo fosse recompariado. E segundo informações que nos chegaram, o Itamarati recebeu, do Ministério das Relações Exteriores da Argentina, comunicado relatando o fato e exigindo providências.

Quer me parecer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, portanto, que incursão policial na região da fronteira, nos municípios de Barracão, Pérola do Oeste, Santo Antonio e Capanema, não foi ato impensado, mas sim fruto de um relatório apresentado por elementos do DOPS, representando a Polícia Civil, Federal e também a Polícia Militar, com pleno conhecimento das guarnições das cidades citadas e da Capital do Estado.

É possível que, durante a incursão, alguma ocorrência tenha sido verificado e que a inviolabilidade de muitos lares não tenha sido respeitada. Por esta razão, desejando conhecer melhor a gravidade dos acontecimentos, muito embora tenha recebido também de prefeitos municipais, de vereadores, de companheiros meus, informações de que houveram arbitrariedades cometidas por alguns policiais, é que votarei favoravelmente ao pedido de informações. Mas não desejava fazê-lo sem alertar que houveram antecedentes que fizeram com que as autoridades estaduais procedessem de forma a pretender desarmar os habitantes daquela Região, e alguns fatos que nos induzem a acreditar que, realmente, alguma coisa não está bem posta naquela Região. Porque numa só residência, as autoridades policiais chegaram a apreender 8 armas de fogo, revólveres de procedência argentina e também lá foi preso um cidadão que havia sido condenado no Rio Grande do Sul, como incurso na Lei da Segurança Nacional.

Sabe-se, por outro lado, que a existência de vultuoso contrabando, não só de gêneros alimentícios, mas que ali foi apreendido das mãos de pessoas e dezenas de brasileiros residentes em alguns daqueles municípios. Mas, quer me parecer que um outro fato tem alertado ou tem induzido as autoridades a agir de forma um pouco mais áspera, porque é do conhecimento de todos que pela divisa Brasil Paraguai e Brasil - Argentina, tem entrado em território brasileiro um volume muito grande de entorpecentes, que tem feito com que as autoridades estejam mais do que nunca preocupadas em por termo a essa prática de contrabando de entorpecentes para o território nacional.

Lamentamos que se tenha procedido de maneira tão acinlosa, ferindo a dignidade da gente do Sudoeste, porque conhecemos o povo que lá está, o povo que tem suas origens em famílias gaúchas, catarinenses, pois quase que 90% da população maior de 20 anos daquela região é procedente desses dois Estados.

O SR. PRESIDENTE — Informo que V. Exa. dispõe de 60 segundos para encerrar sua oração.

O SR. IVO THOMAZONI — Obrigado, Sr. Presidente.

É de se lamentar tão somente que aquelas famílias tão laboriosas, isentas de qualquer culpa, qualquer delito que por ventura se queira imputar a alguns poucos moradores daquela região, tenham sido envolvidas nessa operação, comparados aos piores marginais que a sociedade possa ter em território paranaense.

Então com esse sentido, até de desagrar companheiros nossos que foram objeto dessa falta de sensibilidade da autoridade policial é que votaremos pela aprovação do pedido de informações, certo de que isso não se repetirá, para que possamos cada cada vez mais enaltecer as qualidades dos brasileiros que vivem, que sofrem e que progredem naquela nossa Região. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação o Requerimento dos Deputados Deni Schwartz e Nilso Sguarezzi. Encerrada a discussão. Em votação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Banco Central e Caixa Econômica Federal, visando a instalação de uma agência na cidade de Toledo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expedi-

ente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, no sentido, de ser instalado um Posto de Saúde no Distrito de Porto Mendes, Município de Mal. Cândido Rondon. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente da República, Ministro da Agricultura e Secretário da Agricultura, encarecendo medidas urgentes para a solução da comercialização do soja. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do Expediente da Sessão anterior, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de determinar o início das obras de construção e asfaltamento da Rodovia Maringá - Colorado - Santo Inácio. **Em discussão.** O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A intenção de virmos à Tribuna para falarmos sobre o Requerimento do Deputado Valter Pietrângelo, foi, principalmente, num dever que temos como representantes de Nova Esperança, Municípios adjacentes, área que também subentende-se a Região de Maringá.

Na oportunidade que se discutia o presente Requerimento na Sessão anterior, como não me tinha sido possível fazer uso da palavra por falta de tempo, que entendi muito bem, o Deputado Valter Pietrângelo, dirigiu-se a este Deputado pedindo excusas pela não concessão do aparte solicitado. Julgava o nobre Deputado que faria uso da palavra, naquela oportunidade, para contestar os termos de seu Requerimento e também o propósito dele. Ao contrário, venho à Tribuna dizer ao Deputado Valter Pietrângelo, e à Casa que junto às palavras do nobre Deputado às minhas nessa reivindicação que faz S. Exa. para a pavimentação da estrada Maringá-Colorado-Santo Inácio, reivindicação que fizemos antes durante quatro anos com outros Deputados com assento nesta Casa da Arena e também do MDB.

O que me causou estranheza na ocasião foi o fato de que o Deputado requerente referiu-se tão somente à estrada Maringá-Colorado-Santo Inácio, quando é do nosso conhecimento que existe um projeto final de engenharia pronto e entregue à Secretaria dos Transportes, parece-me em maio de 1974, que inclui essa estrada e mais também no mesmo projeto a futura estrada que ligará Nova Esperança, Uniflor, Cruzeiro do Sul, Paranacity, Colorado, Santo Inácio até às margens do rio Parapanema.

As reivindicações que V. Exa. faz em nome de Maringá, sua região eleitoral, e fez muito bem, venho para dizer ao nobre Deputado que voto com o seu Requerimento e que V. Exa. tem também meu apoio da palavra, do gesto e do voto.

Venho, igualmente, pedir ao Deputado Valter Pietrângelo e aos demais Deputados que representam aquela vasta Região que conosco somem esforços para que juntos consigamos a construção e a pavimentação das duas estradas em um só projeto Maringá-Colorado-Santo Inácio e Nova Esperança-Paranacity-Colorado, aspiração antiga de uma vastíssima região.

Não votaria, prezado Deputado, contra o seu Requerimento, mesmo que a Secretaria dos Transportes e o DER tivesse nos atendido. Durante anos que vimos pedindo a construção de uma ponte sobre o rio Pirapó interligando os municípios de Flórida e Atalaia. Lamentavelmente não podemos dizer aqui que aquela reivindicação justa tenha sido atendida. Quantas vezes fomos à Secretaria dos Transportes e ao DER pedir a construção daquela ponte que é uma exigência da região. Lamentavelmente não podemos dizer aqui que fomos atendidos. Mesmo que tivesse sido a obra construída, votaria com V. Exa.

Alto Paraná também tem reivindicação junto àquela Secretaria há muitos anos, de um contorno que dá acesso da BR que liga Nova Esperança à Paranavá. Foi informado o Prefeito Agostinho Stefanetti, recentemente pelo DER, que aquele órgão não tinha projeto algum da obra que se pretende, quando, segundo in-



formações do Prefeito Municipal, pela terceira vez Chefe do Executivo de Alto Paraná, o DER deve ter já aprovado um projeto daquela obra, e tantas obras que foram pedidas lá, pessoalmente, sem virmos à Tribuna, quantas vezes pedidas ao DER e à Secretaria dos Transportes. Lamentavelmente não fomos atendidos, principalmente na conservação das estradas que tradicionalmente chamamos de Inglesa, que liga Nova Esperança, Uniflor, Cruzeiro do Sul, Paracity, Paranapanema, Paraná-Real, Jardim Olinda; lá, na divisa de São Paulo, que dá condições de transporte, de tráfego, os Prefeitos Municipais daqueles municípios emprestam as suas máquinas, os seus caminhões, para a conservação, para dar condições de transporte, de escoamento daquela produção que é rica e fértil. Mesmo assim, Srs. Deputados, se tivéssemos sido em outras ocasiões atendidos, recebido atendimento do DER e da Secretaria dos Transportes, mesmo assim estaríamos aqui votando com o seu Requerimento, pela intenção dele, pela necessidade que realmente existe na construção, de Maringá, Colorado, Santo Inácio.

Mas venho talvez seja este o motivo principal, repito, pedir a V. Exa. nobre Deputado Valter Pietrângelo e aos Srs. Deputados de ambos os partidos que têm representações, compromissos eleitorais naquela região, que se unam a nós nesta empresa que vem de alguns anos, neste pedido que não é meu, que é de todos da Região, pela pavimentação também de Nova Esperança, Paracity, Colorado, Santo Inácio, Nova Esperança. Tenha V. Exa. o meu voto, minha palavra, minha solidariedade e tenha V. Exa. meu voto principalmente pela intenção de V. Exa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE— Em votação o Requerimento do Sr. Deputado Valter Pietrângelo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do Expediente da Sessão anterior, solicitando voto de aplauso ao Sr. Noel Lobo Guimarães, Secretário do Interior, pela nova filosofia administrativa implantada naquele setor. — **Aprovado.**

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, peço a palavra para falar em Explicação Pessoal.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, para Explicação Pessoal.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Lamento que não se faça presente nesta oportunidade o ilustre Deputado e amigo Gabriel Manoel, da ARENA, porque, usando da palavra no Pequeno Expediente Sua Exa., por assim ditar o Regimento Interno, não tive oportunidade de apartear-lo para contestar algumas de suas palavras, o que para nós não foi nada menos do que a falta de respeitabilidade na forma que quero acreditar a V. Exa. e a toda a Bancada da Arena. Iniciou o seu pronunciamento o nobre Deputado, dizendo inicialmente que hoje levou ao Departamento competente da Sanepar, um vidro de água suja de Santo Antonio da Platina, para formalizar sua queixa naquele Departamento, que Santo Antonio da Platina está recebendo o precioso líquido contaminado pela sujeira da caixa adutora contaminada, e que ele, como homem da Arena, está também representando o povo e sem demagogia afirmando em sua tese a função do Deputado, naturalmente, segundo o seu que pensamento, não é a função de comunicar os Departamentos do Governo, oficiar para dar conhecimento de fatos que ferem a estrutura do trabalho administrativo. No seu entender no entender do ilustre Deputado Gabriel Manoel, naturalmente a função do Departamento não é de dar conhecimentos a Secretarias, de fatos que prejudicam a comunidade através de ofícios, requerimentos, dos meios lícitos e porque não dizer, dos meios lícitos da função parlamentar. Acha ele que nós fazemos demagogia, se havíamos apresentado aqui, dia 23, se não me angano, um Requerimento à Sanepar, pedindo providências no sentido de que se cobrasse, cobrasse de seu Departamento, em Santo Antonio da Platina, fazendo funcionar um motor de 500 kwts. movido a combustível para resolver o problema de energia elétrica e pedimos

que este Requerimento que foi dado pela Mesa encaminhado imediatamente ao requerido, que verificasse o fato que vinha acontecendo em Santo Antonio da Platina que, apesar de ser um dos melhores Departamentos da Sanepar, a falta de responsabilidade do funcionário, chefe daquele Departamento fez com que se distribuisse pela falta de energia à população, água suja, porque fazem quatro anos que não se lava a caixa e de acordo com o cronograma deveria ser lavada depois de dois meses. Perdoe-me o ilustre Deputado Gabriel Manoel, mas nós exercemos função parlamentar sentindo que não podemos, de forma alguma, ser estafas de porta de Secretaria. A nossa função é informar aos Departamentos competentes do Governo aquilo que porventura esteja errado na estrutura de sua administração. Diz ainda S. Exa. o Deputado Gabriel Manoel, que respondendo, dizendo suas palavras, ao Deputado Lúcio Machado, quero informar que seu Projeto de Lei pedindo a extensão do Ginásio de Marimbondo, Distrito de Siqueira Campos, é inconstitucional. Lamento que S. Exa. tenha tratado de forma tão diferente à necessidade de dar-lhe essas respostas, porque se há inconstitucionalidade no meu Projeto de Lei, cabe à Mesa verificar, cabe à Mesa decretar, cabe à Mesa informar e não ao ilustre Deputado meu amigo e representante também daquela região.

Talvez tenha sensibilizado o nobre Deputado com a lembrança que tive nos poucos dias de mandato, de verificar o problema regional, sentir e ver naquele Distrito de Siqueira Campos - onde existe lá um povo ordeiro, um povo trabalhador, principalmente lavradores que produzem economia equivalente a 35% da Receita Municipal de Siqueira Campos, abandonadas 260 crianças que concluíram neste ano o Curso Primário, carentes, necessitadas, de ingressarem imediatamente no Curso Ginasial, e se quiserem os pais, se os pais pedirem, acredito poucos são os pais que poderão fazer, terão que buscar matrícula para seus filhos para que possam fazer o Curso Ginasial, a uma distância de 32 quilômetros, que é a distância do Município a Siqueira Campos. Pedi a construção do Ginásio Estadual, não pedi reforma. Pedi a construção, porque lá até hoje nem se sonhou de existir um Ginásio, para resolução do problema básico da cultura das crianças, dos filhos do trabalhador daquela Região.

Lamento que S. Exa. tenha ressentido, tenha sensibilizado tão maldosamente o meu pedido. E deixo aqui esclarecido ao nobre Deputado, que se a Região Norte-Pioneiro do Paraná tinha S. Exa. nos últimos doze anos como um dos seus representantes, agora ele se encontra mais reforçada. Porque estarei aqui naturalmente, até ao seu lado, desde que este trabalho conjunto tenha um só objetivo, que é o de resolução dos problemas daquela Região, que é a mais esquecida do Paraná, que é a mais abandonada pelos Governos, a mais relegada neste tempo todo em que existe este Grande Paraná.

Deixo então aqui formalizada para que conste dos Anais desta Assembleia Legislativa do Estado, a minha contestação por dois motivos:

O primeiro, por querer retratar o representante da Oposição.

O segundo, por não ter entendido o ilustre representante daquela Região, pela ARENA, que lá não existe Ginásio. É o que pedimos foi a construção e não a extensão ou qualquer outro tipo de trabalho para que funcione o Ginásio Estadual daquele Município que se distancia de sua sede 32 quilômetros. Muito obrigado. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão marcando outra para amanhã, dia 1º de abril, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 19/74

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 123/74.

Levanta-se a Sessão.

**COMISSÃO DE TURISMO**  
**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA**  
**ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO**

Aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de hum mil, novecentos e setenta e cinco, reuniu-se na Sala das Comissões, a Comissão de Turismo, para a instalação, com a presença dos Senhores Deputados Wilson Fortes, Gilberto Carvalho, Juremir Messias, Nelson Buffara e Adalberto Daros. Assumiu a presidência na forma regimental, o Sr. Deputado Nelson Buffara, que após verificar a existência de número legal, declarou abertos os trabalhos, destinados à eleição do Presidente e Vice-Presidente efetivos. Foi eleito por unanimidade, o Sr. Deputado Nelson Buffara para Presidente e o Senhor Gilberto Carvalho para Vice-Presidente. Ao tomar posse o Sr. Deputado Nelson Buffara agradeceu a honrosa confiança nele depositada, pelos ilustres membros componentes da Comissão de Turismo, fazendo o propósito de corresponder integralmente na presidência da mesma. Na oportunidade, designou a funcionária Maria Stella Maeder do Amaral Gurgel, para exercer a função de secretária da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos, da qual para constar, eu Maria Stella Maeder do Amaral Gurgel, secretária, lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada é por mim assinada, bem como pelo Senhor Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

aa) NELSON BUFFARA — Presidente  
 GILBERTO CARVALHO — Vice-Presidente  
 Maria Stella Maeder do Amaral Gurgel - Secretária

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 162/75**  
**A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 1.041/75, de 17/02/75, deste Poder,**

**R E S O L V E:**

designar PEDRO LIBERTI, ocupante do cargo de Oficial de Administração nível PL-23, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para substituir o Secretário de Comissão FRANCISCO ACCIOLY NETO, enquanto perdurar o seu impedimento, e a partir de vinte e um de março de 1975, nos termos do art. 71, parágrafo 2º, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 24 de março de 1975.

aa) PAULO CAMARGO — Presidente  
 AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário  
 MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

**COMISSÃO DE POLÍCIA**  
**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 1ª LEGISLATURA**  
**ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO**

Aos dezoito dias do mês de março de hum mil novecentos e setenta e cinco, às dezesseis horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Polícia, registrando-se a presença dos Srs. Deputados: Rosário Pitelli, João Cioni Neto, Nilso Sguarezzi, Werner Wanderer e Jayme Carvalho. Havendo número legal a reunião foi iniciada sob a Presidência do Sr. Rosário Pitelli, na forma regimental. Abrindo os trabalhos, o Senhor Presidente fala da necessidade de eleger o Presidente da referida Comissão, para a presente Sessão Legislativa, deixando livre a palavra para quem dela quizesse fazer uso. O Sr. Deputado João Cioni Neto, submete à apreciação dos demais Pares, o nome do Sr. Deputado Werner Wanderer para a Presidência.

Consultados os demais membros, foi o mesmo eleito por aclamação. Assumindo a Presidência, o Sr. Deputado Werner Wanderer agradece a manifestação de apreço e deferência com que foi distinguido, deixando a seguir, livre a palavra para quem dela quizesse fazer uso. O Senhor Deputado Jayme Carvalho submete à apreciação dos presentes, o nome do Senhor Deputado Nilso Sguarezzi, para ocupar a Vice-Presidência, o qual, foi igualmente aprovado por unanimidade. O sr. Presidente fazendo uso da palavra, diz da sua intenção de bem desempenhar a sua tarefa, assim como manifesta a sua certeza de que a Comissão corresponderá com eficiência às matérias que lhe são pertinentes, em virtude dos elevados méritos dos demais integrantes. A seguir, o Sr. Presidente indica o nome do funcionário João Alberti Andretta, para secretariar os trabalhos da citada Comissão, recebendo a aprovação dos demais membros. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra a presente Sessão que depois de lida e achada conforme, foi pelo Sr. Presidente, Vice-Presidente, demais membros e secretário assinada.

aa) WERNER EANDERER — Presidente  
 ROSÁRIO PITELLI — Vice-Presidente  
 João Alberti Andretta — Secretário

**PORTARIA Nº 96/75**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1510/75, de 4 de março de 1975, deste Poder,

**R E S O L V E:**

designar ALZIRO SANTIN, funcionário contratado, para prestar serviços como motorista no Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1º de março de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 19 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

**PORTARIA Nº 99/75**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 1878/75, de 11 de março de 1975, deste Poder,

**R E S O L V E:**

I — designar ANTONIO LACERDA BRAGA NETO, ocupante do cargo de Secretário da Comissão do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado FABIANO BRAGA CORTES;

II — autorizar, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário acima citado, para prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1º de março de 1975;

III — gratificação referida nesta Portaria, fica limitada de acordo com o Parágrafo Único do Art. 1º do Decreto Legislativo nº 69/75, de 20 de fevereiro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de março de 1975.

a) JOSE MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

**PORTARIA Nº 100/75**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e

tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 1336/75, de 26 de fevereiro de 1975, deste Poder,

**R E S O L V E:**

designar HELENA DO CARMO GONÇALVES, ora a disposição deste Poder, Legislativo, para prestar serviços no Gabinete da 1ª Secretária,

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de março de 1975

a) JOSE MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

**PORTARIA Nº 101/75**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 1933/75, de 12 de março de 1975, deste Poder,

**R E S O L V E:**

conceder a LEONEL MAYER, ora a disposição deste Poder Legislativo, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1974, a partir de 18 de março de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

**PORTARIA Nº 102/75**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 1121/75, de 19 de fevereiro de 1975, deste Poder,

**R E S O L V E:**

I — revogar a Portaria nº 120/66, que lotou a funcionária ALBA LYGIA ARAUJO E GARCIA, ocupante do cargo de nível PL 28, de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, na Divisão das Comissões; e,

II — lotar a funcionária acima citada, no Serviço de Cerimonial.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

**PORTARIA Nº 103/75**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 1754/75, de 6 de março de 1975, deste Poder,

**R E S O L V E:**

designar MERCHID BELICH FILHO, ocupante do cargo de nível PL 23, de Oficial Legislativo, e JOSÉ CARLOS PEREIRA, ocupante do cargo de nível PL 22, de Oficial de Administração, ambos funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestarem serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado ARAGÃO DE MATOS LEÃO.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de março de 1975.

a) JOSE MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

**PORTARIA Nº 104/75**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1439/75, de 3 de março de 1975, deste Poder,

**R E S O L V E:**

designar GABRIEL QUESADA FILHO, ocupante do cargo de nível PL 28, de Advogado, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado

DAVID FEDERMANN.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de março de 1975.

a) JOSE MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

**PORTARIA Nº 105/75**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 962/75, de 13 de fevereiro de 1975, deste Poder,

**R E S O L V E:**

designar MARY DE OLIVEIRA LEON PETIT, ora a disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado GILBERTO REZENDE DE CARVALHO.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de março de 1975.

a) JOSE MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

**PORTARIA Nº 106/75**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1838/75, de 10 de março de 1975, deste Poder,

**R E S O L V E:**

designar AMAURY SCHIMMELPFENG RAMOS, ocupante do cargo de nível PL 26, de Advogado, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Presidência.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de março de 1975.

a) JOSE MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

**PORTARIA Nº 107/75**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1845/75, de 11 de março de 1975, deste Poder,

**R E S O L V E:**

designar GILDO JOSÉ MARIA SOBRINHO, ora a disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços no Gabinete da Presidência.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de março de 1975.

a) JOSE MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 161/75**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1598/75, de 5 de março de 1975, deste Poder,

**R E S O L V E:**

conceder licença sem vencimentos a ADALBERTO DAROS, ocupante do cargo de nível PL "26" da carreira de Advogado, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, pelo prazo que durar seu mandato de Deputado Estadual, de acordo com o disposto no Art. 76, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19 de março de 1975.

a) PAULO AFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente

a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário

a) MAURICIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário